

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

SOFIA SALVAT DA CÂMARA VALLE

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA GERACIONAL E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:
REFLEXÕES SOBRE OS USOS DA GERAÇÃO ALPHA**

**JAGUARÃO
2026**

SOFIA SALVAT DA CÂMARA VALLE

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA GERACIONAL E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:
REFLEXÕES SOBRE OS USOS DA GERAÇÃO ALPHA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras-Português.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Miriam Beatriz Pedone de Souza

**JAGUARÃO
2026**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

V181v Valle, Sofia

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA GERACIONAL E ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: REFLEXÕES SOBRE OS USOS DA GERAÇÃO ALPHA / Sofia
Valle.

40 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, LETRAS - PORTUGUÊS, 2026.

"Orientação: Miriam Souza".

1. variação linguística. 2. Geração Alpha. 3. norma-padrão.
4. Língua Portuguesa. 5. ensino. I. Título.

SOFIA SALVAT DA CÂMARA VALLE

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA GERACIONAL E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES
SOBRE OS USOS DA GERAÇÃO ALPHA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Letras -
Português da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de
Licenciada em Letras - Português.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 08 de julho de 2026.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Miriam Beatriz Pedone de Souza
Orientadora
(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Denise Aparecida Moser
Membro da banca
(UNIPAMPA)

Profa. Ma. Bianca Legramante Martins
Membro da banca



Assinado eletronicamente por **MIRIAM BEATRIZ PEDONE DE SOUZA, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 31/07/2026, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Bianca Legramante Martins, Usuário Externo**, em 31/07/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **DENISE APARECIDA MOSER, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/07/2026, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2085668** e o código CRC **C63D914B**.

Dedico este trabalho à quem me inspira.
Mesmo que de longe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que possibilitaram e viabilizaram meus estudos e tudo aquilo que, ao longo da vida, despertou meu interesse. Obrigada por todo o incentivo, pelas palavras motivadoras e por sempre me mostrarem o valor do conhecimento.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Miriam Pedone, pela paciência, orientação e incentivo, que tornaram possível a conclusão desta monografia.

À professora Elizabeth Mello, minha primeira professora. Obrigada por me abrir as portas do mundo e por ter sido minha primeira orientadora acadêmica ao longo de quase uma década. Posso dizer que minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem a sua presença.

Gregariousness is always the refuge of mediocrities, whether they swear by Soloviev or Kant or Marx. Only individuals seek the truth, and they shun those whose sole concern is not the truth. How many things in the world deserve our loyalty? Very few indeed. I think one should be loyal to immortality, which is another word for life, a stronger word for it. One must be true to immortality — true to Christ!

Boris Pasternak, *Dr. Zhivago*

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo discutir teoricamente a relação entre estabilidade da língua e mudança linguística geracional, com foco nos usos linguísticos associados à Geração Alpha. Parte-se da compreensão de que a língua é um fenômeno social, histórico e cultural, constituído por regras que garantem a comunicação, mas também atravessado por mudanças decorrentes dos usos realizados pelos falantes em diferentes contextos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e teórico-reflexivo, fundamentada na leitura e articulação de autores que discutem língua, norma, variação linguística, Geração Alpha, linguagem digital e ensino de Língua Portuguesa, a partir de referenciais da Sociolinguística, da Filosofia da Linguagem e dos estudos sobre práticas comunicativas digitais. A pesquisa reflete sobre a tensão entre regras constitutivas da língua e prescrições normativas, compreendendo a variação não como erro, mas como manifestação natural dos usos sociais da linguagem. O estudo contribui para ampliar a compreensão sobre a língua como sistema simultaneamente estável e dinâmico, bem como para refletir sobre o ensino de Língua Portuguesa diante das mudanças linguísticas contemporâneas.

Palavras-chave: variação linguística; Geração Alpha; norma-padrão; Língua Portuguesa; ensino.

ABSTRACT

This Undergraduate Final Paper aims to theoretically discuss the relationship between language stability and generational linguistic change, focusing on the linguistic uses associated with Generation Alpha. It is based on the understanding that language is a social, historical, and cultural phenomenon, constituted by rules that ensure communication, but also shaped by changes resulting from the uses made by speakers in different contexts. This is a qualitative, bibliographic, and theoretical-reflective study, grounded in the reading and articulation of authors who discuss language, norm, linguistic variation, Generation Alpha, digital language, and Portuguese Language teaching, drawing on references from Sociolinguistics, Philosophy of Language, and studies on digital communicative practices. The research reflects on the tension between the constitutive rules of language and normative prescriptions, understanding variation not as an error, but as a natural manifestation of the social uses of language. The study contributes to broadening the understanding of language as a simultaneously stable and dynamic system, as well as to reflecting on Portuguese Language teaching in the face of contemporary linguistic changes.

Keywords: linguistic variation; Generation Alpha; standard language; Portuguese Language; teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 LÍNGUA, NORMA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	4
2.1 Língua, regras constitutivas e norma-padrão.....	4
2.2 A norma culta brasileira: história e configuração	7
2.3 Variação linguística, identidade e preconceito linguístico.....	9
3 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA GERACIONAL E GERAÇÃO ALPHA	11
3.1 Variação linguística geracional e os usos da Geração Alpha	11
3.2 Estabilidade e mudança na língua	12
4 METODOLOGIA.....	16
5 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	18
5.1 A norma-padrão e os usos reais da língua	20
5.2 Implicações para o ensino de Língua Portuguesa	23
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

A língua é um fenômeno social, histórico e cultural, constituído por regras que possibilitam a comunicação entre os sujeitos, mas também marcado por mudanças constantes decorrentes dos usos que os falantes fazem dela em diferentes contextos. Essa dupla natureza já se encontra na distinção fundante proposta por Saussure (2006) entre língua e fala: de um lado, o sistema coletivo, estável e compartilhado; de outro, o uso individual, variável e situado. Compreender a língua exige, portanto, considerar simultaneamente sua dimensão estrutural e sua dimensão dinâmica, uma vez que ela apresenta regularidades, mas também se transforma conforme fatores sociais, históricos, culturais e geracionais.

A partir dessa base, o estudo da variação linguística organiza-se em torno de duas perspectivas principais. A primeira, consolidada pelos trabalhos de Labov (2008) e amplamente desenvolvida no contexto brasileiro por autores como Bagno (1999, 2007), Bortoni-Ricardo (2004) e Mollica e Braga (2003), defende que a variação deve ser compreendida como parte natural e constitutiva do funcionamento da língua, e não como sinal de erro ou desorganização. Para esses autores, as diferentes formas de falar e escrever revelam aspectos da identidade dos sujeitos, dos grupos sociais aos quais pertencem e das práticas comunicativas de cada época. Nessa perspectiva, a língua não pode ser reduzida à norma-padrão, pois os usos reais dos falantes demonstram que há múltiplas formas legítimas de expressão linguística, igualmente organizadas por regras e igualmente capazes de produzir sentido.

A segunda perspectiva, e a que orienta mais diretamente o presente trabalho, não nega o dinamismo da língua, mas propõe uma relação equilibrada entre variação e estrutura, reconhecendo o papel insubstituível da norma culta em determinados contextos sociais e institucionais. Autores como Faraco (2008) e Possenti (1996) argumentam que o problema não está em ensinar a norma-padrão, mas em ensiná-la de modo excludente, como se fosse a única forma válida de expressão. Para Faraco (2008), é necessário distinguir com precisão norma-padrão, norma culta e norma urbana de prestígio, evitando generalizações que ora supervalorizam o modelo prescritivo, ora o descartam por completo.

Já Possenti (1996) sustenta que o verdadeiro objetivo do ensino de língua deve ser garantir ao aluno o domínio efetivo da linguagem em diferentes situações, e não a memorização de regras gramaticais desconectadas dos usos reais. Soares (1986),

por sua vez, alerta que a escola historicamente tratou a linguagem como instrumento de distinção social, valorizando a variedade das classes dominantes e marginalizando as demais — o que exige uma postura pedagógica crítica e consciente diante da diversidade linguística.

A justificativa deste estudo está relacionada à necessidade de ampliar a reflexão sobre as mudanças linguísticas contemporâneas, especialmente aquelas associadas às práticas comunicativas das novas gerações. A Geração Alpha, por estar inserida em um contexto marcado pela presença intensa das tecnologias digitais, das redes sociais, dos jogos on-line e de recursos multimodais de comunicação, apresenta usos linguísticos que evidenciam novas formas de interação, síntese, expressividade e construção de sentidos. Esses usos, muitas vezes vistos de maneira negativa ou como ameaça à norma-padrão, precisam ser compreendidos a partir de uma perspectiva linguística e pedagógica que reconheça a variação como parte constitutiva da língua.

Nesse sentido, o trabalho justifica-se também pela importância de discutir como o ensino de Língua Portuguesa pode lidar com os usos linguísticos da Geração Alpha sem desvalorizar os repertórios dos estudantes e, ao mesmo tempo, sem abandonar o ensino da norma culta e da norma-padrão em contextos formais. A escola, como espaço de formação linguística e social, precisa possibilitar que os alunos compreendam a adequação dos usos da língua às diferentes situações comunicativas, reconhecendo tanto a legitimidade das variedades linguísticas quanto a necessidade de dominar formas valorizadas socialmente. Assim, refletir sobre variação linguística geracional contribui para pensar práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e contextualizadas.

Este trabalho delimita-se ao estudo teórico e reflexivo da variação linguística geracional. Diante desse quadro, tem como objetivo discutir a relação entre estabilidade estrutural da língua e mudança linguística geracional, evidenciando por que a Geração Alpha é relevante para pensar as transformações contemporâneas da língua e quais são as implicações dessa discussão para o ensino de Língua Portuguesa. De modo mais específico, busca-se compreender a língua como fenômeno simultaneamente estável e dinâmico; discutir a relação entre norma-padrão, norma culta, variação linguística e preconceito linguístico; refletir sobre os usos linguísticos associados à Geração Alpha no contexto das práticas comunicativas digitais; e analisar as implicações dessas transformações para o ensino de Língua

Portuguesa, especialmente no que se refere à adequação linguística e à ampliação da competência comunicativa dos estudantes. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e teórico-reflexiva, fundamentada nos referenciais da Sociolinguística, da Filosofia da Linguagem e dos estudos sobre norma, variação e práticas comunicativas digitais, sem a pretensão de realizar análise de dados concretos ou corpus empírico.

O trabalho está organizado da seguinte forma: o capítulo 2 apresenta os conceitos teóricos relativos à língua, à norma e à variação linguística; o capítulo 3 discute a variação linguística geracional e os usos da Geração Alpha; o capítulo 4 descreve o percurso metodológico adotado; o capítulo 5 apresenta a discussão dos usos linguísticos da Geração Alpha; e o capítulo 6 traz as considerações finais, retomando os objetivos e apontando as contribuições do estudo para o ensino de Língua Portuguesa.

2 LÍNGUA, NORMA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Neste capítulo, apresentam-se os principais conceitos que fundamentam esta pesquisa, especialmente no que se refere à língua como fenômeno social, histórico, cultural e dinâmico. A discussão tem como objetivo compreender a relação entre estabilidade e mudança na língua, considerando as regras constitutivas do sistema linguístico, a norma-padrão, a norma culta, a variação linguística e o preconceito linguístico.

A língua, enquanto prática social, não pode ser compreendida apenas como um conjunto fixo de regras gramaticais. Embora apresente uma estrutura que permite a comunicação entre os falantes, ela também se transforma continuamente conforme os usos, os contextos históricos, as práticas culturais e as interações sociais. Dessa forma, estabilidade e variação não devem ser vistas como aspectos opostos, mas como dimensões que coexistem no funcionamento da linguagem.

2.1 Língua, regras constitutivas e norma-padrão

A língua possui regras constitutivas, isto é, princípios internos que organizam seu funcionamento e possibilitam que os falantes produzam sentidos e se comuniquem. Essas regras não devem ser confundidas com as prescrições da norma-padrão, que correspondem a um modelo socialmente valorizado de uso da língua, geralmente associado à escrita formal, à escola e a determinados contextos institucionais.

Nesse sentido, é importante diferenciar o funcionamento real da língua das normas gramaticais prescritas. Enquanto a língua se manifesta em diferentes variedades e situações de uso, a norma-padrão representa apenas uma dessas possibilidades, marcada por convenções sociais e históricas. Assim, compreender a língua exige reconhecer tanto sua organização estrutural quanto sua diversidade de usos.

Com vistas a precisar a que o presente trabalho se refere, as distinções feitas por Faraco são primordiais. Na análise proposta pelo autor, a expressão norma culta passou por uma ampliação de significado ao sair do âmbito técnico e acadêmico e chegar aos discursos escolar e midiático. Nesse processo, o termo acabou sendo frequentemente confundido com três conceitos distintos: a gramática normativa, a

norma-padrão e a linguagem escrita. Para sustentar a discussão teórica deste trabalho, é necessário aprofundar a distinção entre sistema, norma e fala, formulada por Coseriu e posteriormente desenvolvida por Faraco, assim como examinar as implicações pedagógicas e políticas decorrentes dessa reformulação conceitual.

O primeiro ponto esclarecido por Faraco é a distinção entre quatro conceitos que, no contexto brasileiro, costumam ser confundidos. Essa confusão é perigosa e contraproducente por contribuir para a manutenção daquilo que ele chama de “cultura do erro”. O primeiro desses conceitos é o de norma em sentido linguístico, entendido como o conjunto de usos habituais de uma comunidade de fala. Toda variedade possui regras e padrões próprios de funcionamento. Como destaca Sapir, não existe fala sem gramática. O que existem são diferentes sistemas linguísticos, cada um com sua lógica e sua estrutura.

Já a norma culta corresponde à variedade efetivamente utilizada por falantes escolarizados em situações comunicativas monitoradas. No contexto brasileiro, pesquisas linguísticas têm mostrado que essa norma culta falada se aproxima muito mais da linguagem urbana empregada pela classe média escolarizada do que das prescrições tradicionais presentes em muitas gramáticas. Em outras palavras, a forma como as pessoas cultas realmente fala frequentemente se distancia das regras defendidas pela tradição gramatical mais conservadora, contrariando o senso comum, que apontaria o contrário.

É interessante notar que esse conceito, ou seja, a forma como as pessoas cultas realmente fala, é altamente indeterminado e encoberto por certo sentimento de mística. Como o padrão idealizado é distante da realidade prática, mesmo pessoas com alto nível de escolaridade sentem que “não sabem português”, alimentando o mistério e o fetiche em torno de quem supostamente domina essas regras rígidas.

Faraco apresenta o argumento histórico de que a norma-padrão surgiu na Europa, a partir do século XV, como instrumento político de centralização e uniformização dos Estados Modernos. Posteriormente, foi transplantada ao Brasil colonial no século XIX, sob moldes lusitanos e oitocentistas. Essa artificialidade na origem da padronização da língua portuguesa desembocou em um deslocamento entre os tipos de norma descritos por Faraco, o que não se observa com a mesma intensidade em outras realidades linguísticas que não passaram por um período de colonização.

Já a norma gramatical constitui o conjunto de regras e fenômenos catalogados pelos gramáticos contemporâneos que, embora historicamente mais flexível que a norma-padrão, ainda oscila entre a descrição científica do uso e a coerção prescritiva.

Adicionalmente, a pesquisadora Stella Maris Bortoni-Ricardo retoma as bases saussurianas e chomskianas para situar a discussão sobre língua e fala, mas é justamente ao incorporar a proposta tripartite de Coseriu — sistema, norma e fala — que ela abre caminho para pensar a variação linguística sem juízo de valor.

Ao recuperar o conceito de contínuos — de urbanização, de oralidade e letramento e de monitoração estilística —, Bortoni-Ricardo demonstra que as variedades linguísticas de menor prestígio social não constituem desvios ou deficiências, mas sistemas linguísticos coerentes e regidos por regras próprias, alinhando-se à perspectiva de que toda variedade possui sua lógica interna, independentemente de seu status social.

Essa compreensão também encontra respaldo nas orientações da Base Nacional Comum Curricular, que reconhece a variação como elemento inerente ao funcionamento da língua e orienta que a escola promova reflexões sobre as diferentes variedades linguísticas:

As variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas [...] deve ser tematizado. (BRASIL, 2018, p. 81)

É interessante conectar a visão linguística de Bortoni-Ricardo com a perspectiva pedagógica. A autora defende que o papel da escola é expandir a capacidade de comunicação dos alunos, em vez de impor a norma-padrão como a única forma legítima de falar. Propõe-se que o ensino parta do repertório que o estudante já possui, ajudando-o a dominar estilos mais formais de acordo com o contexto, o tema e a tarefa do momento.

Essa abordagem se alinha à crítica de Faraco contra a “cultura do erro”, pois deixa de lado a correção gramatical rígida para focar na flexibilidade de se comunicar bem em diferentes situações. No fim das contas, reconhece-se que a linguagem que o aluno traz de casa é tão legítima, estruturada e lógica quanto a norma valorizada pelas instituições.

O essencial se torna, portanto, garantir o acesso do aluno às ferramentas necessárias para discernir qual conjunto de comportamentos linguísticos é o mais adequado para cada ocasião concreta.

2.2 A norma culta brasileira: história e configuração

A constituição da norma culta brasileira não pode ser compreendida sem uma perspectiva histórica que considere as condições sociais, políticas e culturais em que ela se formou. Faraco (2008) destaca que o processo de padronização linguística no Brasil tomou forma na segunda metade do século XIX, em um contexto em que a elite letrada conservadora buscava afirmar sua identidade cultural tomando a Europa como referência. Diferentemente do que ocorreu nos países europeus, onde a norma-padrão foi construída a partir da variedade efetivamente praticada pelas classes letradas, o Brasil optou por um modelo exógeno: tomou como referência certos padrões lusitanos de escrita, praticados por escritores portugueses do romantismo, distantes da realidade linguística urbana brasileira e já então consolidados em Portugal. Essa origem artificialmente conservadora marcaria de modo duradouro o imaginário linguístico do país.

O resultado desse processo foi a criação de uma norma-padrão que, desde sua origem, entrou em conflito com a norma culta efetivamente praticada pelos falantes letrados brasileiros. Para Faraco (2008), a norma-padrão não é propriamente uma variedade da língua, mas um construto sócio-histórico, isto é, uma codificação relativamente abstrata, extraída do uso real para servir de referência em projetos políticos de uniformização linguística. Enquanto a norma culta é a expressão viva de determinados segmentos sociais em situações monitoradas de fala e escrita, a norma-padrão funciona como baliza normativa fixada em gramáticas e dicionários, muitas vezes desconectada do uso efetivo dos próprios falantes a quem se destina. No caso brasileiro, essa distância foi, desde o início, muito grande, o que fez do projeto padronizador do século XIX, nas palavras do autor, um fracasso histórico.

Por trás da atitude excessivamente conservadora da elite letrada brasileira do período, Faraco (2008) identifica dois fatores articulados. De um lado, a herança de uma tradição normativa fortemente prescritiva, característica dos países de línguas latinas. De outro, um desejo explícito de distanciamento do caráter multirracial e mestiço do país, o que levava essa elite a reagir sistematicamente a tudo que

diferenciasse o português brasileiro do modelo lusitano por ela escolhido como padrão. Fenômenos linguísticos normais na fala culta brasileira eram classificados como “erros”, “corrupções” ou sinais de degeneração da língua, enquanto características identificadas com as variedades populares e afro-brasileiras eram combatidas com um rigor que ia muito além das questões estritamente linguísticas. Essa atitude produziu o que o autor denomina uma cultura do erro, cujos efeitos persistem até hoje no ensino e no debate público sobre a língua.

Essa discussão também se articula às orientações da Base Nacional Comum Curricular, que reconhece a necessidade de tematizar, no ensino de Língua Portuguesa, os fenômenos de variação linguística e o valor social atribuído às diferentes variedades da língua:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado.
(BRASIL, 2018, p. 81)

A norma culta brasileira efetiva, entretanto, foi se configurando à margem dessa norma-padrão artificialmente fixada. Os dados reunidos pelo projeto NURC — Norma Linguística Urbana Culta, cujo objetivo principal foi coletar gravações de fala para descrever e analisar o português brasileiro culto — revelaram, já na década de 1970, uma realidade surpreendente para aqueles que esperavam encontrar, nos falantes cultos brasileiros, o reflexo das prescrições da tradição gramatical conservadora. Verificou-se que a norma culta falada se identificava, na maioria das vezes, com a chamada linguagem urbana comum, e não com os preceitos normativos mais rígidos. Ou seja, o que os falantes letrados efetivamente realizavam em suas práticas mais monitoradas de fala divergia sistematicamente do que os manuais normativos prescreviam. Isso não era sinal de descuido ou ignorância, mas a expressão natural de uma norma constituída historicamente no Brasil, com características próprias e organização estrutural plena.

A norma gramatical contemporânea, por sua vez, representa uma resposta parcial a esse impasse histórico. Ao longo do século XX, os principais gramáticos e dicionaristas brasileiros foram progressivamente flexibilizando os juízos normativos, incorporando fenômenos da norma culta, comum e standard real — especialmente

aqueles já recorrentes nos escritores modernistas — e rompendo, ao menos em parte, com a rigidez da norma-padrão oitocentista (Faraco, 2008).

Essa abertura produziu o que o autor chama de norma gramatical contemporânea: um conjunto de fenômenos apresentados como cultos pelos gramáticos atuais, situado em um meio-termo entre os excessos do padrão artificial e uma descrição sistemática da norma efetivamente praticada. Apesar desse avanço, subsiste entre nós uma cultura normativa estreita — a norma curta —, que desconhece ou desqualifica os bons instrumentos normativos e continua a circular com grande força na mídia, na escola e nos concursos públicos, perpetuando condenações arbitrárias e impedindo que os brasileiros reconheçam com clareza a face real de sua própria língua.

O conceito de “letramento dominante”, proposto por Brian Street (2014), é particularmente relevante para a discussão sobre a norma-padrão. Para Street, a forma de letramento tratada como padrão em uma sociedade não é superior por razões intrínsecas, mas tornou-se dominante por meio de processos históricos de poder e disputa, exatamente como Faraco descreve a origem da norma-padrão como instrumento político de centralização dos Estados Modernos europeus, posteriormente transplantado ao Brasil colonial. Quando outros letramentos, normalmente associados a crianças, a grupos étnicos minoritários ou a culturas populares, são tratados como tentativas falhas de alcançar o letramento dominante, reproduz-se a mesma lógica da “cultura do erro” identificada por Faraco: confunde-se uma convenção social e historicamente situada com um critério técnico e neutro de correção, mascarando relações de poder sob discursos de neutralidade.

2.3 Variação linguística, identidade e preconceito linguístico

A variação linguística é uma característica natural de todas as línguas. Ela ocorre porque os falantes utilizam a língua de maneiras diferentes, conforme fatores como região, idade, classe social, escolaridade, contexto comunicativo, meio de interação e pertencimento cultural. Portanto, a variação não deve ser entendida como erro, mas como manifestação legítima da diversidade linguística.

No ambiente escolar, a compreensão da variação linguística é fundamental para combater preconceitos linguísticos e promover uma visão mais ampla sobre os usos da língua portuguesa. Isso não significa desconsiderar a importância da norma-

padrão, mas compreender que ela deve ser ensinada como uma variedade necessária em determinados contextos formais, e não como a única forma válida de expressão. Nesse sentido, o ensino de Língua Portuguesa precisa possibilitar que os estudantes reconheçam diferentes formas de uso da língua, compreendendo que toda variedade linguística possui regras próprias de funcionamento e está relacionada às condições sociais, culturais e históricas dos falantes.

Essa discussão aproxima-se das reflexões de Bagno (1999), ao problematizar o modo como determinadas variedades linguísticas são socialmente desvalorizadas. Para o autor, o preconceito linguístico não se dirige apenas à forma de falar, mas também aos sujeitos e grupos sociais que fazem uso dessas variedades.

Ao reconhecer a diversidade linguística dos estudantes, a escola contribui para uma prática pedagógica mais inclusiva, capaz de valorizar os repertórios linguísticos dos alunos e, ao mesmo tempo, ampliar suas possibilidades de uso da língua em diferentes situações sociais. Essa postura é essencial para que o ensino da norma-padrão não seja confundido com a desvalorização das variedades linguísticas dos estudantes, mas compreendido como ampliação de repertório e como possibilidade de circulação em diferentes espaços sociais.

Nesse sentido, discutir variação linguística é também discutir identidade, pois os modos de falar e escrever estão relacionados às vivências, aos pertencimentos e às trajetórias dos sujeitos. Quando determinadas variedades são tratadas como inferiores ou incorretas, não se julga apenas uma forma de uso da língua, mas também os grupos sociais que a utilizam. Por isso, o combate ao preconceito linguístico deve fazer parte das práticas escolares, especialmente nas aulas de Língua Portuguesa, para que os estudantes compreendam a língua como fenômeno diverso, vivo e socialmente situado.

3 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA GERACIONAL E GERAÇÃO ALPHA

3.1 Variação linguística geracional e os usos da Geração Alpha

A variação linguística geracional refere-se às diferenças nos modos de falar, escrever e interagir entre sujeitos de diferentes faixas etárias. Cada geração desenvolve formas próprias de comunicação, influenciadas pelo contexto histórico, social, tecnológico e cultural em que está inserida. Dessa forma, os usos linguísticos de crianças e jovens podem revelar mudanças nos modos de interação e nas práticas comunicativas de uma determinada época.

A Geração Alpha, formada por sujeitos nascidos em um contexto marcado pela presença intensa das tecnologias digitais, apresenta práticas linguísticas atravessadas por redes sociais, aplicativos de mensagens, jogos on-line, vídeos curtos, memes, emojis, abreviações e outras formas multimodais de comunicação. Esses usos demonstram que a língua continua organizada por regras, mas também se adapta às novas necessidades comunicativas dos falantes.

Nesse contexto, a linguagem digital não deve ser vista apenas como ameaça à norma-padrão ou como empobrecimento da língua. Pelo contrário, ela pode ser compreendida como um campo de observação das transformações linguísticas contemporâneas. As práticas comunicativas digitais revelam criatividade, rapidez, síntese, expressividade e novas formas de construção de sentido.

Marcos Bagno demonstra que o preconceito linguístico no Brasil não é um fenômeno isolado, mas está profundamente enraizado em estruturas sociais mais amplas de discriminação de classe, raça e escolaridade. Ao mapear as variedades estigmatizadas e prestigiadas do português brasileiro, Bagno evidencia que o julgamento negativo sobre determinadas formas de falar não se sustenta em critérios linguísticos objetivos, mas reflete hierarquias sociais que atribuem valor ou demérito a grupos inteiros de falantes.

Nesse sentido, o autor argumenta que tratar a variação linguística como erro equivale a tratar a origem social do falante como defeito, o que torna o ambiente escolar, quando pautado exclusivamente pela norma-padrão como critério único de correção, um espaço de reprodução de desigualdades, em vez de superação delas.

Em vez de reproduzir desigualdades, o ensino e a valorização da norma culta na escola funcionam como ferramentas essenciais de democratização e mobilidade

social. Tratar a exigência do padrão formal como preconceito contra a origem social do aluno é um equívoco que, na prática, pode perpetuar a própria exclusão que se deseja combater, uma vez que o mercado de trabalho, a academia e as instâncias públicas continuam exigindo esse domínio. Portanto, garantir o acesso à norma-padrão não significa invalidar a identidade cultural ou o ambiente familiar do estudante, mas oferecer-lhe o instrumental necessário para que possa ocupar e disputar espaços de destaque na sociedade em igualdade de condições.

3.2 Estabilidade e mudança na língua

A língua apresenta uma tensão constante entre estabilidade e mudança. A estabilidade é necessária para que haja comunicação, pois os falantes precisam compartilhar determinadas regras e estruturas para compreenderem uns aos outros. Ao mesmo tempo, a mudança é inevitável, uma vez que a língua acompanha as transformações da sociedade, dos sujeitos e das formas de interação.

De modo análogo ao âmbito do Direito, em que as ações humanas se desenvolvem antes da formulação das leis, no campo da linguagem os usos reais também precedem sua normatização.

Assim, a existência de regras não impede a variação, do mesmo modo que a variação não elimina a estrutura da língua. Pelo contrário, esses dois aspectos se complementam. A língua permanece compreensível porque possui regularidades, mas continua viva porque se modifica conforme os usos sociais.

No caso da Geração Alpha, essa relação entre estabilidade e mudança torna-se ainda mais evidente, pois seus usos linguísticos demonstram como novas formas de comunicação podem surgir sem que a língua perca sua função principal: possibilitar a interação, a expressão e a construção de sentidos.

Especificamente em relação a essa geração, é notável a rapidez com que a língua se transforma. Mudanças que antes levariam décadas para se concretizar hoje se realizam com velocidade intensa. Muitas vezes, até que os estudiosos da língua se informem acerca dessas mudanças, a própria língua já terá completado outro ciclo e avançado para alguma especificidade ainda desconhecida.

A discussão sobre variação geracional remete ao debate teórico mais amplo sobre a natureza da mudança linguística e sobre a relação entre estabilidade e

dinamismo no sistema da língua. Tarallo demonstra que esse debate, no âmbito da Linguística Histórica, reflete a cisão epistemológica entre racionalismo e empirismo.

De um lado, Lightfoot defende uma postura racionalista, segundo a qual a mudança deve ser explicada a partir das propriedades invariantes da própria gramática, concebendo a busca pelos limites das gramáticas possíveis como objeto central do estudo da mudança. Para o autor, nem todas as mudanças observadas em uma língua precisam ser explicadas pela teoria gramatical, já que muitas decorrem de fatores não gramaticais ou do acaso.

De outro lado, Labov assume uma postura empirista, na qual a propagação e a implementação social da mudança ocupam papel central. Para esse autor, não se distingue, em princípio, a origem da propagação de uma mudança, pois, em uma concepção social da linguagem, só se pode dizer que uma língua mudou quando uma nova forma é transmitida de um falante a outro e aceita como convenção para a comunicação de significado.

Entre os dois caminhos, a abordagem de Labov é a que melhor traduz a realidade linguística da Geração Alpha. Isso acontece porque as grandes inovações desses jovens estão no vocabulário e nos novos significados que eles criam, dinâmicas que ganham o mundo graças ao fluxo constante das redes sociais. A mudança na língua é um processo vivo de transmissão social. Quando as pessoas acolhem e espalham uma nova forma, elas vão muito além de meros ajustes mecânicos dentro do sistema gramatical. Hoje, as comunidades virtuais e os influenciadores funcionam justamente como esse motor: uma expressão local surge na rede, viraliza e passa a carregar a identidade e os valores compartilhados pela juventude.

Por outro lado, a teoria de Lightfoot focaliza como a própria estrutura interna dá origem e impõe limites às mudanças. O detalhe é que o grande diferencial da Geração Alpha não está em uma reforma profunda nas regras sintáticas ou estruturais da língua, mas na velocidade impressionante com que novos termos surgem e se tornam obsoletos nas telas. Assim, embora a gramática estabeleça as fronteiras do que é possível mudar, é a força da propagação e do engajamento social que realmente explica o ritmo e a dinâmica desse ecossistema digital.

Tarallo (1991) argumenta que essa aparente incompatibilidade entre os dois modelos pode ser minimizada quando se diferenciam os níveis de origem e de propagação da mudança: a definição de Lightfoot estaria voltada para a origem das

mudanças, centrando o estudo no interior da própria gramática, ao passo que a de Labov estaria direcionada para a propagação, equacionando origem e propagação a partir da correlação com a evolução biológica. Essa diferenciação relativiza a cisão entre racionalismo e empirismo no estudo da mudança.

Outro ponto central discutido pelo autor é a distinção entre mudança quantitativa e mudança qualitativa. Por mudança quantitativa, entendem-se os casos do contínuo diacrônico, isto é, estágios em que a gramática se modifica internamente sem que ocorra ruptura estrutural entre as fases do sistema. Por mudança qualitativa, entendem-se as diferenças entre duas fases de um mesmo sistema que configuram, efetivamente, uma ruptura estrutural. Como exemplo de mudança qualitativa, pode-se pensar na alteração da estratégia de relativização no português brasileiro, que passa de um sistema regido por regras de movimento para outro regido pelo apagamento de elementos *in situ*. Como exemplo de mudança quantitativa, cita-se a diminuição da ordem verbo-sujeito no português brasileiro entre os séculos XVIII e XX, mudança gradual que revela, no entanto, uma alteração qualitativa subjacente, já que o fator condicionador dessa ordem deixa de ser, ao longo do tempo, de natureza funcionalista e passa a ser de natureza sintática, relacionada à transitividade do verbo.

Por fim, é útil pensar na hipótese da proporção constante, reformulada por Tarallo e elaborada por Kroch (1989), segundo a qual o ritmo de uma mudança sintática é determinado pela própria gramática da língua. Ao longo dos diferentes contextos linguísticos em que duas formas concorrem, a velocidade com que uma substitui a outra mantém-se constante, ainda que os contextos se diferenciem quanto ao grau de favorecimento da forma inovadora.

Essa hipótese reforça a ideia de que a explicação para a mudança deve ser buscada em níveis mais abstratos da gramática, demonstrando que a autonomia da gramática — “fora das trincheiras do inatismo” — pode compatibilizar modelos teóricos aparentemente dissociados. Compreender a língua, portanto, como sistema simultaneamente estável, em sua estrutura interna, e dinâmico, em sua implementação social, é condição necessária para investigar fenômenos de variação geracional como os observados na Geração Alpha, sem que essa dinamicidade seja confundida com ausência de sistematicidade.

Nos exemplos discutidos nas seções subsequentes deste trabalho, pode-se notar que a língua mantém sua estabilidade porque continua organizada por regras compartilhadas entre os falantes. Mesmo quando utilizam abreviações, emojis ou

gírias digitais, os sujeitos produzem sentidos reconhecíveis dentro de determinados contextos de interação. Isso significa que a variação não elimina a estrutura da língua, mas atua dentro dela.

Ao mesmo tempo, esses usos revelam o caráter dinâmico da linguagem. A incorporação de novas expressões, a criação de sentidos por meio de memes e o uso de recursos multimodais mostram que a língua se transforma conforme as práticas sociais. No caso da Geração Alpha, essas transformações estão diretamente relacionadas à presença das tecnologias digitais no cotidiano.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresenta-se o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa, considerando o tipo de estudo, a abordagem, os procedimentos utilizados e os caminhos escolhidos para responder ao problema de pesquisa.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica e teórico-reflexiva. A abordagem qualitativa justifica-se porque o estudo busca compreender e interpretar fenômenos relacionados à linguagem, à variação linguística e aos usos sociais da língua, sem a intenção de quantificar dados. O foco recai sobre a análise teórica e reflexiva da relação entre estabilidade e dinamismo linguístico, com atenção especial à variação geracional e à Geração Alpha.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois se fundamenta em livros, artigos científicos e estudos acadêmicos que discutem língua, variação linguística, norma-padrão, Sociolinguística, linguagem digital e ensino de Língua Portuguesa. O estudo baseia-se na leitura e articulação de autores que abordam língua, norma, variação linguística, Geração Alpha, linguagem digital e ensino, sem a coleta ou análise de documentos, postagens, prints ou materiais digitais específicos.

A reflexão teórica é conduzida de modo interpretativo, articulando os referenciais teóricos ao problema de pesquisa central: de que forma a variação linguística geracional, especialmente nos usos associados à Geração Alpha, evidencia a tensão entre a estabilidade estrutural da língua e seu caráter dinâmico, social e histórico?

A discussão teórica organiza-se a partir de categorias conceituais como mudança linguística geracional, norma-padrão e norma culta, linguagem digital e multimodalidade. Essas categorias permitem compreender como determinados usos linguísticos associados à Geração Alpha podem ser interpretados como manifestações da variação geracional e da linguagem digital, com base nos autores estudados.

Dessa forma, o percurso metodológico adotado permite refletir sobre a língua como um fenômeno simultaneamente estruturado e variável, considerando que os usos linguísticos não ocorrem de forma isolada, mas são produzidos em contextos sociais, históricos, culturais e tecnológicos específicos. A pesquisa busca articular a

discussão teórica à compreensão dos fenômenos linguísticos contemporâneos, evidenciando de que modo as práticas comunicativas da Geração Alpha expressam a relação entre permanência e mudança na língua portuguesa.

Assim, a metodologia privilegia a articulação teórica entre autores de diferentes campos do conhecimento linguístico, possibilitando uma reflexão fundamentada sobre a variação linguística geracional e os usos associados à Geração Alpha.

5 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, desenvolve-se uma discussão teórica sobre os usos linguísticos associados à Geração Alpha, observando de que forma esses fenômenos podem ser compreendidos, com base nos autores estudados, como manifestações da variação linguística geracional e da linguagem digital. A discussão parte da compreensão de que os usos digitais contemporâneos não representam ausência de regras ou empobrecimento da linguagem, mas revelam novas formas de interação, síntese, expressividade e construção de sentidos.

Fenômenos como abreviações, gírias digitais, emojis, memes e expressões oriundas de jogos on-line são mobilizados como exemplos ilustrativos, interpretados à luz dos estudos sobre variação linguística, norma-padrão, linguagem digital e ensino de Língua Portuguesa — não como corpus de análise, mas como manifestações dos processos teóricos discutidos.

Quadro 1 – Exemplos de usos linguísticos associados à Geração Alpha

Uso linguístico	Exemplo	Característica observada	Possível interpretação
Abreviação	"vc", "tb", "pq", "blz"	Economia linguística e rapidez na escrita	Demonstra adaptação da escrita às interações digitais rápidas.
Gíria digital	"cringe", "mood", "shippar", "hitar"	Vocabulário marcado por circulação em redes sociais	Revela influência das práticas digitais e dos grupos geracionais.
Emoji		Recurso visual e multimodal	Complementa ou substitui informações emocionais e expressivas.
Meme	Imagens com frases humorísticas ou irônicas	Relação entre texto, imagem e contexto cultural	Exige conhecimento compartilhado para produzir sentido.
Expressões de jogos	"bugou", "upar", "skin", "lag", "gg"	Vocabulário oriundo de jogos e ambientes virtuais	Mostra a incorporação de termos digitais ao repertório linguístico dos falantes.

Fonte: elaborado pela autora.

A partir dos exemplos apresentados, percebe-se que a linguagem utilizada por sujeitos da Geração Alpha em ambientes digitais apresenta características próprias, especialmente relacionadas à rapidez, à multimodalidade e à interação em tempo real.

Abreviações como “vc”, “tb” e “pq” inserem-se no que Bagno (2007 apud CARDOSO; SEMECHECHEM, 2020) descreve como variação diafásica — aquela

motivada pelo grau de monitoramento exigido pela situação comunicativa —, aproximando-se também da variação diamésica, na medida em que reproduzem, na escrita, o ritmo e a economia próprios da fala espontânea (BAGNO, 2007 apud CARDOSO; SEMECHECHEM, 2020). Tais formas não evidenciam desconhecimento da escrita formal, mas adequação a contextos digitais marcados pela rapidez da interação — o que se aproxima do que Castells (2003) descreve como a efemeridade característica da linguagem das redes sociais, em que neologismos e abreviações funcionam como recursos de otimização da comunicação.

O uso de emojis, por sua vez, evidencia que a comunicação digital não se limita ao código verbal escrito. Esse fenômeno dialoga diretamente com a discussão sobre hipernormatização e multiletramentos apresentada por Rojo e Barbosa (2015), para quem as transformações sociais contemporâneas exigem novas formas de produção de enunciados, cada vez mais marcadas pela multimodalidade e pelo acesso a gêneros hipermediáticos. Os emojis não substituem a língua verbal, mas se somam a ela, complementando informações afetivas, irônicas ou expressivas que ajudam a construir o sentido global da mensagem.

Gírias digitais como “cringe”, “mood”, “shippar” e “hitar” exemplificam, de modo particularmente nítido, a variação diastrática de natureza geracional discutida no capítulo 3. Trata-se de usos que, conforme o modelo de Labov (2008), surgem como padrão local de um grupo social específico — nesse caso, comunidades digitais de crianças e adolescentes — e se generalizam no interior desse grupo, associando-se aos valores e às identidades a ele atribuídos. Esses termos funcionam, assim, como marcas de pertencimento geracional, e sua rápida propagação por perfis de influenciadores e por conteúdos virais confirma o papel de vetor de propagação social que as comunidades digitais desempenham nesse processo.

Os memes constituem um dos exemplos mais expressivos dessa mesma dinâmica. Conforme demonstra Silveira (2018), a popularização dos memes nas redes sociais decorre da facilidade de criação, da rápida reprodução e decodificação desses textos e, sobretudo, da capacidade criativa neles envolvida, o que propicia o surgimento de diversidade de sentidos e de itens lexicais, entre os quais os neologismos. Compreender um meme exige conhecimento compartilhado entre os interlocutores, o que reforça sua dimensão social e geracional — característica que, segundo a mesma autora, justifica a exploração desses textos como ferramenta pedagógica para o ensino do léxico.

Vale destacar, ainda, que as práticas comunicativas digitais da Geração Alpha não devem ser compreendidas como causa de empobrecimento linguístico ou de declínio cognitivo. O presente trabalho, centrado na variação linguística e no ensino de Língua Portuguesa, considera que tais usos constituem fenômenos de adaptação linguística a novos contextos e suportes comunicativos, e não indicadores de deterioração da língua.

A discussão sobre as transformações cognitivas ligadas ao uso de tecnologias digitais extrapola o escopo deste trabalho, que se concentra na dimensão linguística e pedagógica do fenômeno geracional. O que interessa, do ponto de vista da Sociolinguística e do ensino de Língua Portuguesa, é compreender como os falantes da Geração Alpha utilizam a língua em diferentes contextos e como a escola pode acolher essa diversidade sem abdicar do ensino da norma culta.

Nesse sentido, o trabalho busca evidenciar que as transformações linguísticas da Geração Alpha são melhor compreendidas a partir de uma perspectiva sociolinguística, que reconhece a variação como parte constitutiva da língua, e não a partir de discursos que associam essas mudanças a um suposto empobrecimento cultural ou linguístico. O foco deste trabalho é, portanto, a variação, a norma e o ensino de Língua Portuguesa — não a avaliação cognitiva ou moral dos sujeitos que compõem essa geração.

5.1 A norma-padrão e os usos reais da língua

A discussão dos usos linguísticos da Geração Alpha exige que se diferencie claramente a norma-padrão dos usos reais da língua portuguesa. Bagno (2007) explica que a norma-padrão corresponde a um “modelo artificial de língua”, concebido para neutralizar os efeitos da variação e estabelecer parâmetros de comportamento linguístico tidos como adequados, não correspondendo, portanto, a nenhum uso real da língua.

Distinta da norma-padrão é a norma culta, definida pelo mesmo autor como a variedade prestigiada, empregada por falantes escolarizados em situações que exigem maior grau de monitoramento estilístico, em contraposição às variedades estigmatizadas, associadas a falantes de baixa escolaridade, moradores de zonas rurais ou de periferias urbanas.

Faraco (2008), por sua vez, prefere designar esse conjunto de variedades não estigmatizadas como norma culta, comum ou standard, propondo que, no lugar da norma-padrão — que classifica como norma “curta”, estreita e dogmática, sustentada na cultura do erro —, adote-se o conceito de norma de referência, a qual deveria emergir da norma culta efetivamente usada na escrita monitorada e no português brasileiro falado standard.

Essa distinção é central para compreender os usos reais da língua entre a Geração Alpha, uma vez que tais usos, marcados pela oralidade, pela linguagem das redes sociais e pelos neologismos digitais, não devem ser avaliados a partir do parâmetro idealizado da norma-padrão, mas reconhecidos como manifestações da heterogeneidade linguística.

Sob essa ótica, a análise dos usos linguísticos digitais permite compreender que a norma-padrão continua sendo importante em contextos formais, como a escola, os documentos oficiais, os processos seletivos e a escrita acadêmica. No entanto, ela não deve ser entendida de forma excludente ou como a única forma legítima de uso da língua.

Dessa forma, os exemplos linguísticos emergentes do meio digital pertencem a contextos comunicativos específicos e, por isso, devem ser compreendidos necessariamente a partir da noção de adequação linguística. Uma abreviação típica das redes, como “vc”, pode ser perfeitamente adequada em uma conversa informal por aplicativo de mensagem, mas não em uma redação escolar ou em um texto acadêmico. Assim, o ensino de Língua Portuguesa não deve focar na erradicação dessas práticas digitais, mas em ajudar o aluno a reconhecer os diferentes contextos de uso da língua e a transitar criticamente entre eles.

Cardoso e Semechechem (2020) observam, contudo, que a própria BNCC não estabelece, em seu texto, distinção clara entre norma culta e norma-padrão, chegando, em alguns trechos, a sugerir que a norma-padrão seria também uma variedade linguística entre outras — o que, segundo Bagno (2007), constitui equívoco conceitual relevante, já que a norma-padrão, por definição, não corresponde a nenhum uso real da língua.

Entre as habilidades previstas pela BNCC para os Anos Finais do Ensino Fundamental, destacam-se a de reconhecer as variedades da língua falada e os conceitos de norma-padrão e de preconceito linguístico (EF69LP55) e a de fazer uso consciente e reflexivo das regras da norma-padrão nas situações em que ela deve ser

empregada (EF69LP56). Ainda que relevantes, essas habilidades, isoladamente, não esclarecem ao estudante os critérios que definem o que é, de fato, norma-padrão.

Esse cenário evidencia a necessidade de que a escola trabalhe os usos reais da língua — incluindo aqueles característicos da Geração Alpha e de suas interações digitais — a partir de uma compreensão sociolinguisticamente fundamentada da diferença entre norma-padrão, norma culta e variedades estigmatizadas, capacitando o discente a adequar seu discurso conforme as exigências de cada situação comunicativa.

Sob uma perspectiva histórico-psicológica, as tensões geracionais no que diz respeito às práticas de linguagem não constituem um fenômeno inédito. Historicamente, observa-se um padrão em que cada nova geração desenvolve a percepção de que suas inovações linguísticas são plenamente legítimas, tendendo a interpretar a resistência ou a incompreensão dos indivíduos mais velhos como incapacidade de acompanhar o avanço e a evolução natural da língua. Desse modo, o estranhamento em relação ao dinamismo comunicativo da Geração Alpha não decorre de uma exclusividade de sua constituição identitária, mas de um processo contínuo de fricção geracional.

A verdadeira especificidade da Geração Alpha reside, portanto, na velocidade sem precedentes com que essas transformações ocorrem, uma vez que o fluxo instantâneo das mídias digitais e a hiperconectividade aceleram as mudanças linguísticas de maneira inédita na história humana.

Diante dessa rapidez, a práxis pedagógica não deve sucumbir a nenhum dos dois posicionamentos extremos que polarizam o debate educacional e que são, em última instância, infrutíferos. O primeiro equívoco consiste na negação intransigente da variação linguística em prol de uma postura dogmática. Esse caminho afasta os falantes da Geração Alpha, invalidando suas formas espontâneas de expressão e gerando um distanciamento excludente entre a realidade viva do aluno e o ambiente escolar. O segundo extremo, igualmente prejudicial, consiste em adotar um relativismo absoluto que trate a norma culta ou a norma-padrão como irrelevantes, privando os estudantes do domínio de códigos essenciais para a inserção em esferas de poder social, político e acadêmico.

O desafio da escola contemporânea consiste, portanto, em encontrar um meio-termo que articule e coloque em prática as duas habilidades da BNCC anteriormente

mencionadas (EF69LP55 e EF69LP56). Esse equilíbrio se consolida ao compreender a linguagem a partir de suas múltiplas funções.

Ao reconhecer que a língua é multifacetada e que cada momento comunicativo exige uma função específica — seja a função fática e emotiva, para garantir a conexão e a dinamicidade nas interações informais das redes sociais, seja a função referencial e metalinguística, para atender às exigências textuais e institucionais —, o ensino supera a lógica da proibição. Assim, em vez de segregar o estudante ou negligenciar o padrão formal, a escola o capacita a entender que cada contexto possui uma finalidade e uma função adequadas, permitindo-lhe transitar de forma consciente e crítica por diferentes instâncias da sociedade.

5.2 Implicações para o ensino de Língua Portuguesa

O papel central do ambiente escolar deve ser o de expandir o repertório do aluno por meio do ensino da norma culta, capacitando-o para a adequação vocabular e situacional. O que realmente importa no processo pedagógico é fazer com que os estudantes desenvolvam a sensibilidade necessária para analisar o contexto comunicacional em que se encontram, aprendendo a transitar com segurança entre os diferentes níveis de formalidade. Ao dominar o padrão culto como uma competência a mais, o indivíduo ganha autonomia para escolher a linguagem mais adequada para cada momento, transformando o conhecimento linguístico em poder de escolha e liberdade.

Negar uma determinada forma de expressão sem ter a capacidade de se comunicar por meio dela não constitui, necessariamente, uma postura crítica ou transformadora. Em um panorama como o brasileiro, marcado por exclusões sociais históricas, ferramentas como a linguagem presente na norma culta podem atuar como aliadas na luta contra a desigualdade.

No ensino de Língua Portuguesa, os usos linguísticos da Geração Alpha podem ser explorados como ponto de partida para discutir variação, norma, adequação e preconceito linguístico. Em vez de tratar a linguagem digital apenas como erro, o professor pode utilizá-la para mostrar aos alunos que a língua varia conforme o contexto, o suporte, o interlocutor e a finalidade comunicativa.

Essa variação decorrente do suporte encontra respaldo teórico nas reflexões de Soares (2002) sobre o letramento na cibercultura. A autora argumenta que a

coexistência entre a cultura do papel e a cultura da tela dá origem a novas práticas de leitura e escrita, que alteram o próprio “estado ou condição” do sujeito que as exerce no meio social. A introdução de tecnologias digitais e do hipertexto demanda uma leitura multilinear e multissequencial, gerando efeitos cognitivos, sociais e discursivos específicos, os quais justificam a necessidade de pluralizar o conceito de letramento.

Sob essa perspectiva, a inserção da linguagem digital no ambiente escolar deixa de ser vista como um mero desvio e passa a ser compreendida como parte da ampliação dessas múltiplas modalidades de letramento. Compreender as especificidades dos novos espaços de escrita e dos mecanismos de produção na cibercultura permite que a escola prepare os estudantes para desenvolver uma competência crítica e seletiva diante do fluxo informacional da tela. Dessa forma, valida-se a imersão tecnológica da Geração Alpha, ao mesmo tempo em que se estabelece um diálogo necessário com as práticas tradicionais da cultura do papel.

Isso não significa abandonar o ensino da norma-padrão, mas ensiná-la de forma crítica e contextualizada. O aluno precisa compreender que há situações em que a norma-padrão é exigida socialmente, mas também precisa reconhecer que suas práticas linguísticas cotidianas possuem organização, sentido e legitimidade em seus contextos próprios.

Dessa forma, a discussão dos usos linguísticos da Geração Alpha contribui para uma prática pedagógica mais próxima da realidade dos estudantes. Ao relacionar linguagem digital, variação linguística e ensino, torna-se possível ampliar a competência comunicativa dos alunos, valorizando seus repertórios e, ao mesmo tempo, garantindo o acesso às formas linguísticas valorizadas em contextos formais.

Do ponto de vista prático, essa articulação entre variação linguística e ensino pode se concretizar por meio de estratégias didáticas que tomem os próprios usos digitais da Geração Alpha como objeto de reflexão metalinguística, e não apenas como pano de fundo teórico.

Sequências didáticas organizadas em torno de gêneros textuais emergentes permitem que o aluno compare, em situação concreta, os efeitos de sentido produzidos pela linguagem informal digital e pela norma culta em um mesmo tema. Isso se deve à maior proximidade desses alunos aos gêneros novos, como os memes, por exemplo.

Os gêneros digitais não constituem um desvio da tradição textual, mas uma reconfiguração de práticas discursivas já existentes, adaptadas às condições de

produção do hipertexto; essa perspectiva autoriza o professor a tratar tais gêneros como material legítimo de análise linguística em sala de aula, e não apenas como curiosidade ou distração em relação ao "conteúdo real" da disciplina.

Atividades de reescrita, em que um mesmo enunciado produzido em linguagem digital é reelaborado pelos próprios estudantes em registro formal, e vice-versa, mostram-se particularmente produtivas, pois deslocam o foco da correção normativa para a análise da adequação, tornando visível ao aluno que ambas as formas possuem regras, mas servem a finalidades comunicativas distintas.

Essa proposta pedagógica também demanda uma reconfiguração do papel do professor e da avaliação escolar. Se a variação linguística da Geração Alpha for tratada exclusivamente como erro a ser corrigido, reforça-se a cultura do erro já criticada por Faraco (2008). Se, por outro lado, for tratada com indiferença metodológica, sem que se problematize sistematicamente sua relação com a norma-padrão, a escola abdica de sua função de ampliar o repertório linguístico dos estudantes.

Faz-se necessário, portanto, que o planejamento curricular preveja momentos específicos de contraste entre variedades, bem como critérios de avaliação que considerem a adequação ao gênero e à situação comunicativa, e não somente a conformidade com a norma-padrão.

Isso implica, também, investimento na formação continuada de professores de Língua Portuguesa, de modo que estejam preparados para reconhecer, sem estranhamento, os usos linguísticos trazidos pelos estudantes, transformando-os em ponto de partida para o ensino da norma culta e da norma-padrão.

Em conclusão, é essencial resgatar um fator importante, muitas vezes minimizado por determinadas perspectivas pedagógicas contemporâneas: o papel formativo da percepção consciente do desajuste ou da inadequação discursiva. Quando o ensino busca eliminar toda forma de fricção ou assimetria em nome de uma horizontalidade absoluta, pode, paradoxalmente, privar o estudante de uma das experiências mais mobilizadoras do percurso escolar: aquela em que ele percebe que existe um modo de dizer que ainda não domina. Esse momento de desconforto não deve ser interpretado de forma puramente punitiva, mas como uma possibilidade de mobilização subjetiva. É quando o aluno percebe que seu repertório habitual não é suficiente para circular em determinados espaços que pode nascer, com mais força do que qualquer explicação gramatical isolada, a consciência de que há um universo

social, político e cultural além das fronteiras do que ele conhece, e de que a língua é uma das chaves de acesso a esse universo.

Essa percepção torna-se ainda mais significativa para estudantes que cresceram em comunidades onde a norma culta não faz parte do cotidiano. Para esses alunos, a escola representa, muitas vezes, o principal espaço em que esse contato pode acontecer de forma estruturada e segura. Retirar dessa experiência sua importância, tratando a norma-padrão como apenas mais uma entre variantes igualmente intercambiáveis em qualquer contexto, pode deixar esses estudantes em desvantagem diante de instituições que ainda operam com exigências rígidas de monitoramento linguístico, especialmente em relação às variedades historicamente estigmatizadas.

O mercado de trabalho, a universidade, o poder judiciário e os espaços de decisão política ainda operam com exigências formais de monitoramento estilístico. Negar essa realidade não contribui para a formação crítica dos estudantes. Diante do funcionamento dessas estruturas institucionais, o domínio seguro da norma-padrão configura-se como uma estratégia importante de sobrevivência, participação e agência social, possibilitando que esses sujeitos tenham suas vozes efetivamente escutadas em diferentes espaços de decisão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo discutir teoricamente a relação entre estabilidade da língua e mudança linguística geracional, com foco nos usos linguísticos associados à Geração Alpha. A partir do percurso bibliográfico e teórico-reflexivo realizado, foi possível compreender que a língua é um fenômeno social, histórico e cultural, constituído por regras que garantem a comunicação, mas também atravessado por mudanças decorrentes dos usos realizados pelos falantes em diferentes contextos.

Ao longo do estudo, observou-se que a variação linguística não deve ser compreendida como erro ou desvio, mas como parte natural do funcionamento da língua. As diferentes formas de falar e escrever revelam aspectos sociais, culturais, históricos e geracionais dos sujeitos. Nesse sentido, a norma-padrão deve ser reconhecida como um modelo importante em contextos formais, mas não como a única forma legítima de uso da língua.

A discussão teórica sobre os usos linguísticos associados à Geração Alpha permitiu compreender que as práticas digitais influenciam os modos de comunicação dos sujeitos contemporâneos. Fenômenos como abreviações, emojis, memes, gírias digitais e expressões oriundas de jogos on-line foram tratados, ao longo deste trabalho, como exemplos ilustrativos dos processos de variação linguística geracional — não como objeto de análise direta, mas como manifestações dos conceitos teóricos abordados. Esses fenômenos revelam economia linguística, multimodalidade, criatividade e adequação aos contextos digitais de interação.

No entanto, essas mudanças não eliminam a estrutura da língua; ao contrário, demonstram sua capacidade de adaptação e renovação. Mesmo em ambientes digitais, os falantes seguem regras compartilhadas e produzem sentidos reconhecíveis pelos grupos em que circulam. Dessa forma, estabilidade e dinamismo são dimensões complementares da linguagem: a língua permanece compreensível porque possui regularidades, mas continua viva porque se transforma conforme as necessidades comunicativas dos falantes.

Essa compreensão é fundamental para o ensino de Língua Portuguesa, pois permite abordar a norma-padrão sem desvalorizar os repertórios linguísticos dos estudantes. A escola deve garantir ao aluno o acesso à norma-padrão e aos usos formais da língua, mas também precisa reconhecer que as práticas linguísticas

cotidianas dos estudantes possuem organização, sentido e legitimidade em seus contextos próprios.

Conclui-se, portanto, que os objetivos do trabalho foram alcançados, uma vez que se realizou uma reflexão bibliográfica e teórica sobre a variação linguística geracional e os usos da Geração Alpha, com base em autores da Sociolinguística, da Filosofia da Linguagem, dos estudos sobre linguagem digital e do ensino de Língua Portuguesa. A pesquisa contribui para pensar uma prática pedagógica mais crítica, inclusiva e contextualizada, capaz de valorizar a diversidade linguística e, ao mesmo tempo, ampliar a competência comunicativa dos alunos em diferentes situações sociais.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2026.
- CARDOSO, Milena Santos; SEMECHECHEM, Jakeline Aparecida. A variação linguística na Base Nacional Comum Curricular: por uma pedagogia da variação linguística nos componentes de língua portuguesa do ensino fundamental e médio. **Revista Leitura**, Maceió, n. 66, p. 179-200, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/10753>>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Arménio Amado, 1975.
- COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y habla. **Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias**, Montevideo, n. 9, p. 113-181, 1952.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2007.
- KROCH, Anthony. Reflexes of grammar in patterns of language change. **Language Variation and Change**, Cambridge, v. 1, n. 3, p. 199-244, 1989.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LIGHTFOOT, David W. **Principles of diachronic syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos dos Santos (org.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

- MCCRINDLE, Mark; FELL, Ashley. **Generation Alpha: understanding our children and helping them thrive**. London: Headline Home, 2021.
- MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza (org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- ROJO, Roxane Helena Rodrigues; BARBOSA, Jacqueline Peixoto. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- SAPIR, Edward. **A linguagem: introdução ao estudo da fala**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SILVEIRA, Letícia Pena. Memes: a ostentação de neologismos e uma ferramenta de ensino. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 4, n. 1, p. 79-97, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/49963>>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1986.
- SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/>>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- STREET, Brian V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- TARALLO, Fernando. Reflexões sobre o conceito de mudança linguística. **Organon**, Porto Alegre, v. 5, n. 18, p. 113-131, 1991.